

Interferências *esquizo* na formação em psicologia clínica no Brasil das décadas de 70 e 80

Schizo interferences in clinical psychology formation in Brazil in the 70s and 80s

André Rossi

Universidade Federal Fluminense

RESUMO:

Atravessando a história da regulamentação da Psicologia no Brasil e da abertura dos seus primeiros cursos, acompanhamos a busca dos psicólogos por formação complementar nas décadas de 70 e 80. Encontramos a intensa difusão da psicanálise nos centros urbanos do Rio de Janeiro na década de 70, apontando que os psicólogos recém-formados, que demandavam uma formação clínica complementar, se deparavam com barreiras de controle por parte do campo psiquiátrico, que repelia os não-médicos dessa formação. Abordamos a nova abertura aos psicólogos, proporcionada pela chegada dos argentinos no país, que traziam na bagagem a militância da inseparabilidade entre clínica e política. Articulamos que as interferências *esquizo*, de forma geral, se referem às interferências que quebram ou cindem as linhas hegemônicas de continuidade de um psicólogo que não pensa sua realidade e, especificamente, se referem às interferências grupalistas, socioanalíticas e esquizoanalíticas na formação clínica desses psicólogos nas décadas de 70 e 80.

Palavras-chave: formação em psicologia; IBRAPSI; esquizoanálise

ABSTRACT:

Going through the history of the regulation of Psychology in Brazil and the opening of its first undergraduate courses, we follow the search of psychologists for further formation in the 70s and 80s. We find the intense diffusion of psychoanalysis in the urban centers of Rio de Janeiro in the 70s, pointing out that the newly graduated psychologists, who demanded a complementary clinical formation, faced barriers of control by the psychiatric field, which repelled non-doctors of this formation. We approach the new opening to psychologists, provided by the arrival of Argentines in the country, which brought in their baggage the activism of the inseparability between clinic and politics. We articulate that the *schizo* interferences generally refer to the interferences that break or split the hegemonic continuity lines of a psychologist who does not think about his/her reality and, specifically, refer to groupist, socioanalytical and schizoanalytic interferences in the clinical formation of these psychologists in the 70s and 80s.

Key-words: psychology formation; IBRAPSI. schizoanalysis

Introdução

A partir de minha pesquisa atual no tema da Esquizoanálise - criação singular do psicanalista militante Félix Guattari e do filósofo Gilles Deleuze -, tenho sido levado transversalmente à história da psicologia no Brasil através da busca dos psicólogos por formação complementar nas décadas de 70 e 80. Nas entrevistas realizadas com alguns trabalhadores da saúde, a história da psicologia vem sendo contada principalmente a partir da criação do primeiro curso em 1953, sua regulamentação em 1962 e a demanda de formação complementar para a inserção e legitimação clínica do psicólogo. Os entrevistados são psiquiatras, psicólogos e psicanalistas egressos de uma instituição muito importante criada na década de 70 e extinta em meados de 1990, o IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições). Nesse panorama, junto do IBRAPSI, onde minha hipótese inicial de trabalho apontava para a entrada da esquizoanálise no Brasil, pretendo discutir a criação e a militância clínico-política de outras instituições anteriores, como a Clínica Social de Psicanálise (1972) e a APPIA (Associação de Psiquiatria e Psicologia da infância e Adolescência - 1972), que auxiliaram na absorção da demanda de formação clínica para os psicólogos, ao mesmo tempo em que a criavam também, ajudando na organização da classe e lutando contra as investidas da retirada da psicoterapia da alçada dos psicólogos.

Os primeiros cursos de Psicologia e sua regulamentação

O início do ensino da psicologia no Brasil se dá logo após a Proclamação da República, com a introdução da disciplina no currículo das escolas normais. Nas três primeiras décadas as poucas atividades ligadas à “psicologia”, na verdade, são psiquiátricas e estão estritamente dentro da medicina. No ensino superior, a inclusão da psicologia é posterior às mudanças educacionais ocorridas após o movimento da Revolução de 1930 (Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo). Na década de 40, a Psicologia já era reconhecida no Brasil tanto como disciplina científica quanto como instrumento para a solução de problemas humanos (GIL, 1985). De 1930 a 1950, período Vargas, a psicologia comparece no bojo da modernização e industrialização, concentrando seu corpo em duas áreas distintas: educação e trabalho. É criado o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) em 1947 dentro da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que funcionava tanto como laboratório quanto como escola e centro irradiador das novas teorias. O novo profissional que surge é denominado psicotécnico, voltado à

“elaboração de soluções práticas, eficazes e úteis ao ajustamento para uma sociedade em vias de modernização” (ESCH e JACÓ-VILELA, 2001:19).

O primeiro curso de Psicologia é criado na PUC do Rio de Janeiro em 1953, seguido pelo curso da USP em 1957 e dos demais que vieram em seguida. Embora a Psicologia tenha sido regulamentada apenas em 1962, o período antecedente é de muita complexidade, tanto pela criação dos primeiros cursos quanto pela luta de grupos diferentes para a construção da identidade dessa psicologia através da proposição de sua grade curricular. Foram três os anteprojetos até aquele que culminou na regulamentação. Falando especificamente da competência clínica, o primeiro anteprojeto, de 1953, previa a presença do exercício clínico para o psicólogo. No segundo, de 1957, há a ausência do exercício clínico. No terceiro, de 1962, há a presença novamente, embora nomeado “problemas de ajustamento” (ESCH e JACÓ-VILELA, 2001), visando demarcar esse território para a psicologia ao mesmo tempo em que não fazia um confronto direto com a força política da medicina, que detinha o exercício da psicoterapia até então.

A partir do último anteprojeto de 1962 é aprovada a formação do psicólogo e seu exercício profissional, segundo a lei 4.119. A psicologia então é regulamentada pela resolução n.28/62 definindo o Currículo Mínimo, um núcleo de matérias indispensáveis para a formação em psicologia, vigente até 2004, quando as Diretrizes Curriculares Nacionais em Psicologia vieram substituí-lo (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA FILHO, 2015). Com a consolidação da psicologia, seu currículo mínimo apontava basicamente quatro áreas: clínica, industrial, escolar e magistério.

A psicologia no Brasil, até a criação do primeiro curso na PUC/RJ, tinha um avanço limitado. Isso se modificou a partir da sua regulamentação, promovendo uma massa crítica de formandos por conta da expansão dos cursos públicos e privados. Como pano de fundo ao desenvolvimento da psicologia como saber científico no Brasil, no pós-guerra vivíamos a divisão do mundo pela conhecida Guerra Fria, que se expressava, no Brasil, em uma das suas formas, com a colaboração para a reforma das universidades brasileiras. Uma das chaves para conter a expansão comunista na perspectiva norte-americana era através da educação superior. Iniciado na década de 50, um acordo tornou-se oficial em 1966: “Acordo MEC-USAID de Assessoria e planejamento do Ensino Superior” (CUNHA, 2018), em pleno governo militar. Alguns dos efeitos, a título de exemplo, foram o sistema de crédito (no lugar de turmas que se

acompanhavam), uso das optativas e professores com dedicação exclusiva¹. O curso de psicologia e seu consequente profissional surgem nesse contexto.

Vindo de uma tradição psicotécnica, onde a clínica se chamava “problemas de ajustamento”, o psicólogo não era reconhecidamente um profissional que pensava a sua realidade². O início dessa articulação, da criação da ABRAPSO e da psicologia engajada data do meio da década de 70. Mesmo assim, não eram raras as tentativas de transformar o psicólogo em agente da ortopedia social, como se pode ver na recomendação do DAU-MEC (Departamento de assuntos universitários do MEC) de 1978, onde o psicólogo deveria estar a serviço do sistema vigente, atento aos desvios de toda ordem, inclusive ideológicos (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA FILHO, 2015).

Em se tratando da clínica psicológica, o psicólogo permaneceu ameaçado a todo o momento. Tomamos por exemplo três eventos: a) o parecer de Leão Cabernite – médico e didata da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro – em 1972 frente ao conselho de medicina, recomendando a prática psicoterápica exclusiva aos médicos (CASTRO, 1981); b) o retorno da questão pelo Deputado Salvador Julianelli, em 1980, tentando a mesma façanha de exclusividade da psicoterapia à medicina (CASTRO, 1981; GIL, 1985); c) uma circular da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) que instruía seu quadro de analistas a interpretar como resistência o desejo manifesto de seus pacientes psicólogos de se tornarem psicanalistas (KATZ, 1999).

A força contrária à abertura tem seu contexto, afinal estávamos formando desde 1953, com aceleração em 1962. Incluindo a psicoterapia no currículo mínimo, formávamos psicólogos que inchavam o mercado. Entre 1962 e 1968 passou-se de 56 estudantes a 2000 deles. Tínhamos, em 1975, 11.000 psicólogos inscritos em todo território nacional (RUDÁ, COUTINHO e ALMEIDA FILHO, 2015). Os dados mostram que de 1960 a 1970 tivemos um crescimento enorme das instituições de ensino superior. Portanto, a década de 70 vivia um inchaço de psicólogos formados no eixo Rio - São Paulo. Por ser um curso de baixo custo, tornou-se algo rentável, o que, a partir da década de 70, gerou um debate frequente sobre a formação, com preocupação com a qualidade dessa formação oferecida. Pesquisas da época apontam que o numerário era crescente, que os principais polos de formação e atuação profissional se localizavam no Rio de Janeiro e São Paulo e que a atuação de cerca de 76% desses psicólogos era na

área clínica³. Além disso, na parte universitária, havia docentes despreparados, instalações inadequadas e falta de equipamentos necessários.

Em especial, sobre a aglutinação dos 76% de psicólogos na área clínica, quero traçar a relação entre a preferência pela clínica, a formação generalista, a busca por formação complementar e um quarto vetor, que emana da própria psicanálise em sua expansão no país. A formação generalista privilegiava o conhecimento científico-metodológico e o desenvolvimento de competências que seriam úteis na intervenção do psicólogo em geral. Dessa forma, o caráter generalista aliado à preferência pela clínica levou muitos psicólogos à formação complementar nesta área específica (NUNES; MEIRA; SAIRAIVA e CAMPEZATTO, 2006). Isso nos deixa prontos a passar ao quarto vetor mencionado.

As instituições psicanalíticas no Rio de Janeiro da década de 70

Houve, na década de 70, uma intensa difusão da psicanálise nos centros urbanos, seja pela publicação de livros, pela mídia em geral – tv, revistas e novela – ou ainda, pela corrida ao divã, o que coincide também com o esvaziamento dos espaços públicos no nosso período de maior fechamento político após o A.I. 5. A literatura aponta relações entre essa alienação social e uma reversão das questões políticas ao espaço íntimo do gabinete, ao mesmo tempo em que expande essa articulação para a ligação da demanda de melhor qualidade dos vínculos erótico, afetivos e familiares aos processos de modernização e mobilidade social das camadas médias urbanas (FIGUEIREDO, 2012).

A linha de constituição de um grande contingente de psicólogos graduados demandando formação clínica complementar encontra a difusão da psicanálise nesta época. Os psicólogos passaram a ser consumidores da psicanálise e posteriormente seus promotores. Contudo, a situação da psicanálise no Rio de Janeiro, controlada em grande parte pelo campo psiquiátrico, ao mesmo tempo que absorvia essa demanda de análise, repelia os não médicos em sua demanda de formação (FIGUEIREDO, 2012). Portanto, a massa de psicólogos sedenta por formação estava diante de uma espécie de barreira.

Qual barreira especificamente? O Rio de Janeiro de 1970 possuía duas instituições de formação psicanalítica mais procuradas⁴, a “brasileira” (Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro - SBPRJ) e a “Rio de Janeiro” (Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro - SPRJ). Ambas eram associadas e reguladas pela IPA, como era feito o regime de associação no mundo todo. Um pequeno comentário: até

1910, o movimento psicanalítico cresceu bastante, ficando a cargo de Sándor Ferenczi, no II Congresso Internacional de Psicanálise, de Nuremberg, o texto de proposição de uma *International Psychoanalytical Association*, a IPA, iniciando com a presidência de Jung. Essa é uma história longa de dissensões, em cujo mérito não entrarei, mas é importante dizer duas coisas: a partir de então, todas as sociedades de formação em psicanálise se submetiam ao crivo da IPA; a partir de 1920, com criação da Policlínica e do Instituto Psicanalítico de Berlim, houve uma junção entre aumento da demanda de atendimento por conta dos “neuróticos de guerra”, a necessidade de mais clínicos e a regulamentação da formação. Esta formação psicanalítica se institucionaliza localmente em 1924 e internacionalmente em 1926 no famoso tripé baseado em teoria, supervisão e análise⁵. Quando se pensa em formação clínica, habita no imaginário dos psicólogos esse tripé. Fiquemos com isso.

Voltando ao Brasil, Rio de Janeiro, temos uma crescente massa de psicólogos querendo se pós-graduar, se aperfeiçoar e se especializar, imersa num panorama político de crescente questionamento e ataque à atividade clínica do psicólogo. Havia, no entanto, uma barreira importante. A IPA, no início da década de 70, aceitava somente médicos para formação. Um contrassenso, se pensarmos a clara e firme posição freudiana desde seu texto sobre a questão da análise leiga de 1926, onde defende que não era o saber médico que garantiria um discurso analítico, mas um saber de outra ordem, o saber inconsciente. Dessa forma, na avaliação do próprio Freud, outros profissionais poderiam ser aceitos e tornarem-se psicanalistas. Contudo, por mais que essa primeira “cláusula” pudesse ser rompida pelos psicólogos, mesmo que as instituições oficiais aceitassem outros profissionais da saúde, sua formação (aquela do tripé que citamos) era constituída por um elitismo. Para citar alguns fatores: a exigência de cinco sessões de análise pessoal por semana a preços fora da realidade brasileira, exclusivamente com analistas didatas da própria instituição (GOLDFELD, 1981).

Contra esse elitismo tanto na formação nas instituições ligadas à IPA quanto em sua atuação ligada à realidade brasileira, havia iniciativas importantes em termos de clínica *psi* acontecendo no Rio de Janeiro na década de 70. E aqui eu posso entrar um pouco mais nos meus temas de pesquisa. Não se esqueçam, estamos em plena ditadura civil-militar: governo de Médici. Vou citar dois exemplos.

O primeiro deles é a Clínica Social de Psicanálise Anna Katrin Kemper. A Clínica Social foi criada em 1972 por Hélio Pellegrino e Anna Katrin Kemper (D.

Catarina, como era chamada) como um braço do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, criado em 1969, na época a quarta instituição de psicanálise do Rio de Janeiro, embora considerada a primeira não filiada à IPA (LANNES, 2006). Era comprometida com atendimento das camadas desfavorecidas da população em tempos de ditadura civil-militar e pré-implantação do SUS. A clínica se mantinha com o que cada analisando podia pagar. Os colaboradores nada recebiam (eram de pelo menos três instituições psicanalíticas) e ofertavam tempo a partir do banco de horas para a demanda da clientela. Embora não tenha sido proposta como uma instituição de formação, abrigava aqueles que se afinavam com seu ideário, além de romper com a hegemonia médica, aceitando finalmente os psicólogos como clínicos trabalhadores (IBRAHIM, 2011). Houve a criação de um fórum permanente de debate na PUC, onde o próprio Pellegrino elaborava e ensinava a sua perspectiva da clínica social em psicanálise a partir de uma junção freudo-marxista. Promoveram o famoso Simpósio de Psicanálise e Política, realizado na PUC em setembro/outubro de 1980, que mexeu com os alicerces da Psicanálise quando Hélio Pelegrino, Wilson Chebabi e Eduardo Mascarenhas denunciaram “os barões da psicanálise” (MELLO, 1981). Foi denunciado também, por um dos participantes da plateia, um psicanalista, por participar da tortura nos porões da ditadura (MACEDO, 2012). Ligado à Clínica Social de Psicanálise, temos o nome de Chaim Samuel Katz, psicanalista militante, criador dos Encontros Psicodinâmicos, quando tiveram a oportunidade de atender mais de cem pessoas de baixa renda numa experiência grupal de inspiração psicanalítica - experiência esta, precursora da Clínica Social (KATZ, 2016). Katz também era ligado a Célio Garcia e ao “Setor” da UFMG, famoso por receber Lapassade no Brasil e difundir a Análise Institucional (MACHADO, 2001).

O segundo exemplo é a criação da Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência (APPIA). Instituição fundada em 1972, multidisciplinar, voltada à infância e adolescência que congregava principalmente psicólogos de orientação psicanalítica, tendo entre seus membros fundadores médicos, assistentes sociais e psicólogos. Foi criada nos moldes da Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência (ASAPPIA), fundada dois anos antes pelos psicanalistas Maurício Knobel e Eduardo Kalina. A presidência inicial ficou a cargo de Carlos César Castellar Pinto, catalisando a vinda de muitos argentinos ao Brasil para dar cursos regularmente. A instituição contou com cinquenta e quatro membros fundadores e chegou a ter mais de mil associados. Seu objetivo era o de promover cursos, eventos e

seminários, sendo composta e fundada por psicólogos, mas não tinha em seu estatuto a direção da formação, não rivalizando assim com as instituições oficiais da IPA. Promoveu dois grandes congressos, em 1972 (A situação da psicoterapia infanto-juvenil no Brasil) e em 1976 (três temas-eixo: formação de profissionais em saúde mental; aspectos preventivos em psicoterapia com crianças, adolescentes e famílias; organização das instituições para uma psiquiatria comunitária), ambos tendo mais de dois mil participantes e repercussão na imprensa da época. Duas consequências devem ser enfatizadas: operou como organizador do campo dos psicólogos ao funcionar como um tipo de primeiro Conselho Regional de Psicologia, que seria oficialmente criado somente em 1974 (FIGUEIREDO, 2011); apesar da sua finalidade inicial, promoveu uma formação assistemática para os psicólogos, a partir dos cursos dados pelos argentinos ligados à APA (Associação Argentina de Psicanálise, filiada à IPA), furando o cerco formativo que os ipeístas do Rio de Janeiro faziam aos psicólogos. Neste contexto, encontramos o nome de Luís Fernando de Mello Campos, médico, psicólogo e psicanalista, com experiência na área de atendimento da infância e adolescência e formação secundarista. Ele também participava do “grupão” formativo promovido pelos argentinos, quando entrou na APPIA algum tempo após sua criação, tornando-se seu presidente alguns anos depois. Entendendo mais tarde que a APPIA não daria um passo em direção à formação psicanalítica sistemática, resolve se retirar⁶.

A chegada dos “argentinos” e uma nova abertura aos psicólogos

Agora chegamos a outro ponto importante: os argentinos. A literatura nos diz de duas ondas, ou dois grupos de argentinos que vieram ao Brasil (DUARTE; FERNANDES; RODRIGUES, 2001).

O primeiro grupo - apesar dos seus pertencimentos cruzados, por exemplo, à ASAPPIA, era associado em sua maioria à APA - vinha ao Brasil desde 1970 e tinha intuito formativo e econômico. Esses argentinos ofereciam cursos tanto para as duas instituições oficiais da IPA no Rio de Janeiro quanto para os psicólogos avulsos e pertencentes à APPIA, furando o que acima chamei de “bloqueio” dos colegas ipeístas do Rio de Janeiro. Eles ministravam os cursos, participavam dos seminários da APPIA e voltavam a Buenos Aires.

O segundo grupo tem uma história um pouco mais complexa e vai nos levar à instituição que é meu objeto de pesquisa atualmente, o IBRAPSI, fundando em 1978 e

fundado em meados da década de 90. Isso nos remonta ao grupo PLATAFORMA argentino, um grupo de psicanalistas freudo-marxistas em ruptura com a APA. Sob o efeito mundial dos protestos de 1968, principalmente o Maio francês, realiza-se em Roma, em 1969, o XXVI Congresso Internacional da IPA num hotel luxuoso, com o tema “Protesto e Revolução”. Alguns candidatos (sendo esta categoria a mais baixa na hierarquia institucional) de associações psicanalíticas europeias, não tendo direito a voto nas reuniões oficiais, convocam um congresso paralelo, realizado numa cantina local. Nele, são pautados temas negligenciados pela Internacional como a formação do analista, a estrutura das instituições psicanalíticas e o papel social do psicanalista. Foram redigidas ao final reivindicações que se assemelhavam a uma plataforma política, batizando o movimento de PLATAFORMA Internacional. Por sua vez, o grupo Plataforma Argentino foi criado logo em seguida por Armando Bauleo e Hernán Kesselman. (FERNANDES; DUARTE; RODRIGUES, 2001). As reivindicações e os descontentamentos estavam ligados ao elitismo da APA, que oferecia formação clínica exclusiva para médicos, com análise e supervisão muito caras e com práticas desconectadas do panorama político que a Argentina vivia, culminando no golpe militar em 1976. Nesse momento, encontramos o nome de Gregorio Baremlitt, psicanalista militante, egresso da APA e participante do grupo Plataforma. O grupo em ruptura procurou a FAP (Federação Argentina de Psiquiatria), onde trabalhavam e militavam Osvaldo Saidon e Eduardo Losicer, para promover formação aos trabalhadores militantes da saúde de várias áreas. Conjugavam tanto conteúdos freudianos e marxistas quanto influências de um grupalismo argentino extremamente profícuo, como o de Bleger e Pichon-Rivière. Com o início da perseguição política que, já em 1976 havia feito desaparecer mais de cem psiquiatras e psicólogos argentinos, a experiência formativa termina e todos, em momentos diferentes, saem do país⁷. Osvaldo Saidon, Eduardo Losicer e Gregorio Baremlitt se encaminham para o Rio de Janeiro. Chegando ao Rio, a partir de 1976, o panorama era de certa repetição daquilo que os fizera romper com a APA na Argentina.

Agora vamos juntar essas diversas linhas constitutivas de uma heterogênesse possível: psicólogos ávidos por formação clínica; instituições oficiais da IPA e suas barreiras; a Clínica Social em Psicanálise; Chaim Samuel Katz; a APPIA; Luís Fernando de Mello Campos; Grupo Plataforma e rompimento com a APA; e Gregorio Baremlitt. Os três, conectados ao caldo formativo do “grupão” no Rio de Janeiro da década de 70, se associam na criação de um evento que promoveu um grande impacto

nacional, ainda sob a ditadura civil-militar do governo de Figueiredo: I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições, realizado no Hotel Copacabana Palace no ano de 1978. O evento teve a participação de Franco Basaglia, Howard Becker, Felix Guattari, Robert Castel, Erving Goffman, Tomas Szasz, Shere Hite, entre outros. Fruto direto do Simpósio, o IBRAPSI nasce no final de 1978 nesse caldo cultural militante em que Gregorio Baremlitt, Chaim Samuel Katz e Luís Fernando de Mello Campos estavam imersos. No período que sucedeu ao evento, Katz, por discordâncias internas ao trio, não embarcou na aventura ibrapsiana.

O IBRAPSI viveu seu apogeu entre 1978 e 1983, por onde passaram algumas turmas hegemonicamente de psicólogos. Lá, esses alunos tiveram acesso a uma formação, a princípio, quadripartite, com supervisão em grupo, análise em grupo, aulas e grupos operativos, que destoava do modelo tripartite da IPA, citado anteriormente. De saída, a veia grupalista argentina estava posta pela opção político-metodológica das análises e supervisões em grupo e uma proposta totalmente inovadora em formação, o grupo operativo, criação original de Pichon-Rivière. O intuito era que, no grupo operativo, o aluno assumisse o protagonismo de sua formação, quando o grupo, com a ajuda de um coordenador, discutiria o conteúdo da aula. A esse modelo quadripartite, amplamente comentado pelos entrevistados, Baremlitt incluiu⁸ a assembleia geral como elemento formador. Podemos, então, pensar num modelo formativo pentapartite, onde a assembleia tinha, ao mesmo tempo, uma função deliberativa e formativa. O imenso afluxo ao IBRAPSI, com turmas iniciais de cem alunos e depois cursos preparatórios para entrada na formação, além de sua clínica assistencial com atendimento de mais de quinhentos pacientes anuais (FIGUEIREDO, 2012) geraram a ira das instituições oficiais, expressa em ataques na mídia jornalística. O mais conhecido, o artigo de 04/06/1980 do *Jornal do Brasil*, onde se pode ler que “uma ruidosa legião de psicopatas tomou de assalto a psicanálise”, proferido por Leão Cabernite, didata da SPRJ (RODRIGUES, 2001).

Tendo eu acesso às anotações de aula, no que ficou conhecido como os “cadernos do IBRAPSI” que datam do início da década de 80, podemos entender a estrutura das disciplinas e a orientação da formação. Podemos dividi-la em sete eixos: a) estudo sistemático da obra de Freud, 1ª tópica e 2ª tópica, revelando-se um passeio principalmente pela metapsicologia; b) estudo de textos técnicos, apresentação de casos clínicos e a crítica a partir de autores como Foucault, Katz e Hornstein; c) estudo da

psicopatologia; d) estudo da linguística; e) estudo que congrega complexo de Édipo, Antropologia Social e estrutura do parentesco, moral sexual e a perspectiva de Deleuze e Guattari sobre os saberes apresentados; f) estudo da epistemologia; g) estudo de autores como Lacan, Klein e outros que embasam uma psicoterapia de grupo, divididos entre escola inglesa, escola francesa e correntes latino-americanas; h) estudo da Análise Institucional. Não podemos esquecer que era uma formação em psicanálise, grupos e instituições, com todas as interferências até então insuspeitáveis entre essas disciplinas.

A esquizoanálise não estava presente inicialmente nem como objeto de estudo e nem como transmissão oficial. As perspectivas de Deleuze e Guattari compareciam enquanto crítica aos saberes instituídos e nos grupos de estudos paralelos com Baremblyt, onde se lia principalmente os livros *O Anti-Édipo* e *O Psicanalismo*. Ambos os livros aplicavam uma pesada crítica à psicanálise e ao campo dos psicanalistas e suas práticas. É digno de nota lembrar que Félix Guattari esteve presente no I Simpósio (1978) e Lourau no II Simpósio (1982), demonstrando essa afinidade do IBRAPSI com as formulações esquizoanalítica, socioanalíticas e grupalista⁹ - se pensarmos no conteúdo das aulas e na formação pentapartite.

Conclusões

Fizemos esse grande apanhado, da criação dos cursos de psicologia no Brasil até as demandas de especialização e aperfeiçoamento do psicólogo clínico em instituições não universitárias. Vimos então, nesse panorama da década de 70, uma dupla quebra da hegemonia da IPA: a) rompimento com a hegemonia da formação nas instituições ligadas à IPA; b) rompimento com a exclusividade dos médicos nestas instituições. Então acompanhamos a Clínica Social de Psicanálise (1972), a APPIA (1972) e o IBRAPSI (1978) iniciarem a aceitação de psicólogos, seja como colegas aptos ao atendimento clínico na primeira, como formação assistemática na segunda e, finalmente, como participantes numa formação na terceira.

O IBRAPSI teve uma vida muito profícua, podendo formar, ao longo dos seus anos, uma quantidade de trabalhadores que incluem hoje a subjetividade em seu ofício e seguiram, de forma aberta e crítica, o pensamento e a prática de outras formas de clínica e intervenção social, compondo inclusive outras instituições. Destaco a criação do Centro de Estudos Sociopsicanalíticos (CESOP), do Núcleo - Psicanálise e Análise Institucional, e o pertencimento de vários desses formados ao Grupo Tortura Nunca Mais.

As interferências *esquizo* citadas no título, de forma mais geral, podem se referir tanto às interferências que quebram ou cindem (daí a etimologia de *schizo* ou *schizein*) as linhas hegemônicas de continuidade de um psicólogo que não pensa sua realidade quanto, mais especificamente, às interferências grupalista, socioanalíticas ou esquizoanalítica na formação clínica desses psicólogos na década de 70 e 80. Portanto, apontam para uma formação plural, que tem na interferência uma metodologia de abertura dos saberes, provocando efeitos de transdisciplinaridade¹⁰. Isso foi feito no IBRAPSI da forma apontada acima, o que nos indica pistas para uma possível formação em esquizoanálise, que desde já traz um paradoxo. O que uma formação em interferência e abertura comporta de nome próprio? Deixo aqui essa pequena pista que já se afasta do objetivo inicial dessa exposição, seguindo aberto para futuras conversas e reformulações.

Para finalizar, em tempos atuais de continuidade do golpe midiático-jurídico-empresarial, culminando na ascensão do fascismo com sérias consequências para a manutenção dos direitos trabalhistas, para a permanência da legislação e operacionalidade do SUS e para a manutenção da universidade pública, que interferências e rupturas pode produzir a psicologia, tanto na intervenção clínico-política sobre a realidade concreta, quanto da formação de seus futuros profissionais?

Referências

- CASTRO, Luís Paiva de. A formação psicanalítica e sua política. In: *Simpósio Psicanálise e Política*. Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1981, p 111-132;
- CUNHA, Luís Antônio. Acordo MEC-USAID. Verbete. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acessado em 2 mar. 2018;
- DUARTE, Maria das Graças dos Santos; FERNANDES, Patrícia Jaques; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Os “psicanalistas argentinos” no Rio de Janeiro: problematizando uma denominação. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde Rodrigues (orgs). *Clío-Psiqué hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001, p.139-152;
- ESCH, Cristiane Ferreira e JACÓ-VILELA, Ana Maria. A regulamentação da profissão de psicólogo e os currículos de formação psi. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde Rodrigues (orgs). *Clío-Psiqué hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001, p. 17-24;

- FERNANDES, Patrícia Jaques; DUARTE, Maria das Graças dos Santos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Breve história da constituição do grupo plataforma argentino. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CERREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde Rodrigues (orgs). *Clío-Psiqué hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001, p. 127-137;
- FIGUEIREDO, Ana.Cristina. A psicanálise dos psicólogos no Rio de Janeiro dos anos 70. *Cultura Psi*, v.1, 2012, p. 89-99;
- FIGUEIREDO, Ana Cristina. Associação de Psiquiatria de Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) 1972 – 1982. In: JACÓ-VILELA, A.M (org) *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: imago; Brasília, DF: CFP, 2011, p. 60-61;
- GIL, Antônio Carlos. O psicólogo e sua ideologia. *Psicol. cienc. prof.*, vol.5, n.1, Brasília, 1985, 13-17;
- GOLDFELD, Sylvio. A formação psicanalítica e sua política. In: *Simpósio Psicanálise e Política*. Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1981, p.141-144;
- IBRAHIM, Cesar Mussi. Clínica Social de Psicanálise Anna Katrin Kemper – 1972-1991. In: JACÓ-VILELA, A.M (org) *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: imago; Brasília, DF: CFP, 2011, p.119-121;
- KATZ, Chaim Samuel. Correntezas. Série psicanalistas que falamos. Youtube. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OkRhjzFW2qs>; Acesso 21 abr. 2018;
- KATZ, Chaim Samuel. Psicanálise em positivo. *Percurso*, n.22, 01/1999, p. 107-120;
- LANNES, Edson Soares. Histórico. 2006. Disponível em: <http://cprj.com.br/historia/>. Acesso 21 abr. 2018;
- MACEDO, Heitor O'Dwyer de. Hélio Pellegrino. In: *Cartas a um jovem psicanalista*. São Paulo: perspectiva, 2012, p. 83-91;
- MACHADO, Marília Novaes da Mata. Práticas pedagógicas da psicossociologia nos anos 60 e 70. In: JACÓ-VILELA, A.M; CERREZZO, A. C; RODRIGUES, H.C.B (orgs). *Clío-Psiqué hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001, p. 35-40;
- MELLO, Roberto. Os Barões da Psicanálise. In: *Simpósio Psicanálise e Política*. Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1981, p. 9-17;
- NUNES, Maria Lúcia Tiellet; MEIRA, Claudia Hyala Mansilha Grupe; SAIRAIVA, Lisiane Alvin e CAMPEZATTO, Paula von Mengden. Psicologia Clínica, Psicoterapia Psicanalítica e Psicanálise: formação profissional. WERLANG,

Blanca Susana Guevara. e OLIVEIRA, Margareth da Silva (orgs). *Temas em psicologia clínica*. Casa do psicólogo, São Paulo, 2006;

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI) – 1978-199? In: JACÓ-VILELA, A.M (org) *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011, p. 60-61;

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. “Um Robespierre rio-platense e um Danton Tupiniquim?” – Episódios da Análise Institucional no Rio de Janeiro. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde Rodrigues (orgs). *Clío-Psiqué hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001, p.153-170;

RUDÁ, Caio; COUTINHO, Denise & ALMEIDA-FILHO, Naomar Monteiro de. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). *Memorandum*, 29, p. 59-85. Out/2015;

André Rossi
Universidade Federal Fluminense
E-mail: a.rossi.psi@gmail.com

¹ No ano de 2018 chegou até mim uma consulta pública sobre a retirada dos cursos de Ciências Humanas das universidades federais. Consulta com data-limite de 07.06.2018 para atingir o número de vinte mil assinaturas, podendo se tornar sugestão legislativa a ser debatida pelos senadores. Lá se pode ler: “São cursos baratos que facilmente podem ser realizados em universidades privadas, a medida consiste em focar em cursos de linha (medicina, direito, engenharia e outros). Os cursos de humanas poderão ser realizados presencialmente e à distância em qualquer outra instituição paga”. Este analisador é importante para debatermos o que são cursos “de linha”, qual o papel das ciências humanas na sociedade, qual o papel da universidade pública e o lugar destinado aos cursos à distância e às faculdades particulares na formação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=100201>

² Conferir o belíssimo livro de Cecília Coimbra (1995), “Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do ‘milagre’”, no qual essa construção entre psicologia e regime de exceção empresarial-civil-militar é traçado de uma forma muito completa. Destaque para o “caso Amílcar Lobo”, que relaciona medicina/psicanálise com a tortura e o papel dos psicólogos, apartados de uma discussão social, individualizando problemas muito mais complexos que as dinâmicas intrapsíquicas evocadas.

³ No momento reservado ao debate, depois das duas falas da mesa, tivemos dois analisadores importantes. O primeiro, sobre as estatísticas não exploradas na mesa, que se referem ao acesso da mulher à universidade na década em questão e o contingente majoritário de mulheres na psicologia. Em que pese a mesa ser apresentada por dois homens, foi a mediadora, estudiosa da formação, que nos lembrou desses fatos, quando meu colega então relatou ao público os dados de que havia mulheres desde o início do século XX produzindo pesquisas em psicologia, embora não assinassem os artigos, que ficavam a cargo dos homens respaldados pela cientificidade “da época”; o segundo ocorreu no momento em que um professor da casa me fez diretamente uma pergunta sobre currículo, quando uma aluna, na tentativa de complementar a pergunta, a respondeu de forma muito competente. Para esse evento, comentei: “Parece, ‘fulano’ (o professor que fez a pergunta), que a resposta veio de um lugar inesperado para onde não estávamos olhando”. A conversa seguiu de forma mais transversal. Houve uma desmontagem local do dispositivo hierarquizante (palco-plateia / professores-alunos /sujeito-objeto) e, além disso, sobretudo, assinando em ato, a autoria feminina dessa produção de conhecimento.

⁴ Existiam na realidade quatro instituições de psicanálise no Rio de Janeiro naquela época: SPRJ (1955); SBPRJ (1959); Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (1969), que oficialmente foi a primeira sociedade psicanalítica no Brasil a romper com a IPA em 1969; e Instituto de Medicina Psicológica (1953), sempre mantido intocado durante o regime de exceção por ser composto por homens e mulheres ligados ao militarismo, tornando-se mais tarde a SPID (Sociedade Psicanalítica Iracy Doyle) (LANNES, 2006). A título do recorte da fala, mantive a discussão nas duas instituições citadas como aquelas que ofereciam barreira aos psicólogos.

⁵ Sobre essa intrincada história do movimento psicanalítico, da criação da IPA ao instituto de Berlim, remeto o leitor ao livro “Transferências Cruzadas: história da psicanálise e suas instituições”, de Daniel Kupermann, que nos traz exatamente essa história da institucionalização e o estabelecimento de uma formação que se por um lado pedia por regulamentação, por outro se tornou dura, sectária, elitista; ou seja, produtora de barreiras.

⁶ Grande parte desta formulação se deve, além da literatura citada, à entrevista com o próprio Luís Fernando de Mello Campos, que conta da criação de um plano comum formativo de psicólogos e psicanalistas, o chamado “grupão”, por conta da transmissão formativa feita pelo mesmo grupo de argentinos para o atendimento da infância e adolescência ou para a clínica de inspiração psicanalítica em geral.

⁷ Experiência institucional citada em entrevista por Gregorio Baremlitt e Eduardo Losicer. Ambos comentam também um evento decisivo: um carro em alta velocidade metralhou seus muros, dando o tom da ditadura em vias de instalação e da impossibilidade de seguir com a experiência. Inicia-se o caminho do exílio que nos leva ao IBRAPSI.

⁸ Informações obtidas em entrevista com o próprio Gregorio Baremlitt, realizada em maio de 2017.

⁹ O IBRAPSI teve alguns problemas, boas e más experiências, generoso e complicado ao mesmo tempo, como devem ser todas as grupalidades humanas mais atentas ao seu funcionamento. Talvez o maior deles tenha sido a assembleia geral, que apesar de citada como formativa, seguia os princípios de um centralismo democrático, nunca chegando a ser co-gestiva ou autogestiva, princípio requerido para uma socioanálise e esquizoanálise. Para o aprofundamento desse plano histórico-político da criação do IBRAPSI, rachas e dissidências, articulado com a história do que poderia se chamar uma “nuvem de dispersão” institucionalista, socioanalítica ou esquizoanalítica no Brasil, conferir, além do verbete de Rodrigues (2011) usado neste trabalho, a tese de doutorado da mesma autora: “No rastro dos ‘cavalos do diabo’: memória e história para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil”. Além disso, atualmente, já está disponível a minha tese, que na ocasião da fala na mesa estava em construção: “Formação em Esquizoanálise? Cartografia da formação clínica do IBRAPSI como produtora de pistas para uma formação transinstitucional”.

¹⁰ Esse conceito-prática de uma clínica transdisciplinar é desenvolvido atualmente na Universidade Federal Fluminense pelos professores Eduardo Passos e Cristina Rauter, seguindo em grande parte os referenciais esquizoanalíticos e socioanalíticos. Para mais informações, consultar respectivamente “A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade” e “Clínica Transdisciplinar: afirmação da multiplicidade em Deleuze/Spinoza”.